

OBSERVAÇÕES E SUBSÍDIOS SOBRE O SÍNODO DA AMAZÔNIA

Dr. Guzmán M. Carriquiry Lecour

Rumo ao Sínodo Amazônico

Quase a metade dos católicos do mundo vivem na América Latina, no entanto a evangelização e promoção social da Amazônia continua sendo um assunto pendente depois de 500 anos. Por isso, o Papa Francisco quis colocar a Amazônia sob os refletores eclesiais, abraçando esse enorme território de nove países em que vivem 34 milhões de pessoas, entre as quais indígenas de 390 etnias, inclusive com mais de uma centena de “povos indígenas em situação de isolamento voluntário” (os quais, em sua grande maioria, não passam de uma dezena de pessoas cada um).

O Papa Francisco recorda sua surpresa diante da insistência com a qual os bispos brasileiros se referiram à Amazônia durante os trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Aparecida. Precisamente nas conclusões de Aparecida – de cuja Comissão de Redação foi presidente o Cardeal Jorge Mario Bergoglio – propôs-se a “criar nas Américas consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade”, “estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum” e “apoiar, com os recursos humanos e financeiros necessários, a Igreja que vive na Amazônia, para que continue proclamando o evangelho da vida e desenvolva seu trabalho pastoral na formação” de seus ministros (n. 475).

É também o Papa Francisco quem sublinha: “Ele aconteceu em 2007, e oito anos depois eu escrevi a *Laudato si*”, assinalando assim um caminho de amadurecimento na consideração dessa realidade. Nesse caminho foram muito importantes a criação e o desenvolvimento das atividades da Rede

Eclesial Panamazônica (REPAM), a qual já realizou, desde sua fundação, mais de 50 assembleias territoriais.

Outro marco importante a destacar foi a reunião com mais de 4.000 indígenas e numerosos cardeais e bispos presentes em Puerto Maldonado, capital da biodiversidade da Amazônia peruana, que foi como o início real do Sínodo Pan-Amazônico. Lá estava o cardeal Lorenzo Baldisseri, secretário geral do Sínodo dos Bispos, o qual trabalhou vários dias com prelados e missionários.

Uma dinâmica sinodal

Seguindo as pegadas da dinâmica sinodal experimentada com muitos frutos na recente Assembleia Geral do Sínodo mundial dos Bispos sobre os jovens, é também fundamental para o Sínodo Pan-Amazônico saber consultar e escutar tudo o que procede da realidade da Amazônia. Para isso foi criado um Conselho de Secretariado deste Sínodo, que acompanha e orienta sua preparação. Aí estão chegando muitas contribuições que provêm das dioceses, prefeituras e vicariatos dos diversos países da Amazônia, da REPAM, das congregações religiosas presentes na Amazônia. Será muito importante saber escutar – como já se está fazendo – a população da Amazônia, especialmente os indígenas, que sofrem condições de particular marginalização e vulnerabilidade. De tudo isto, juntamente com o trabalho de expertos na matéria, procede o “documento preparatório”, publicado no dia 8 de julho de 2018 – “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”.

Podem-se marcar as insuficiências deste documento preparatório, porém não há que se pretender muito dele, pois seu objetivo é oferecer uma base de lançamento para uma “escuta ao povo de Deus”, especialmente a seus Pastores, pois “o Espírito fala através de todo o povo de Deus”. Espera-se que abundem as respostas ao questionário com o qual se conclui tal documento, bem como numerosas contribuições e subsídios que tragam reflexões e experiências neste caminho sinodal. Tudo isso

servirá para a elaboração do *Instrumentum Laboris* que precederá a Assembleia especial do Sínodo dos Bispos sobre a Amazônia.

Atrevo-me a indicar, sob minha pessoal responsabilidade, alguns pontos de reflexão, tendo em conta o documento preparatório, estimulado pela solicitude de um vasto trabalho sinodal na matéria e bem consciente de que a enorme bacia amazônica tem e terá cada vez mais no futuro uma repercussão fundamental nos povos e nações sul-americanos, assim como uma consideração global como “pulmão do planeta”. É escassa minha experiência pessoal na Amazônia, porém tratei ao menos de enriquecê-la com muitas leituras e, entre elas, também de contribuições sinodais de quem a vive em primeira pessoa. Em todo caso, para aproximar-se da Amazônia é bom repetir o que disse o Papa Francisco em Puerto Maldonado como eco das palavras do Senhor a Moisés: “Tire as sandálias dos pés, pois o solo em que estás pisando é uma terra santa”.

O Objetivo principal

É muito importante que o Papa Francisco tenha bem definido e precisado com clareza qual é o “objetivo principal” desta inédita iniciativa sinodal. Para o Papa se trata de “identificar novos caminhos de evangelização dessa porção do povo de Deus, especialmente dos indígenas, com frequência esquecidos e carentes de um porvir sereno, também a crise da floresta amazônica, pulmão de capital importância para nosso planeta”. A perspectiva fundamental e o fio condutor não podem ser outros senão a evangelização, pela qual se define e está em jogo a missão da Igreja.

É importante que se destaque esse objetivo principal, pois o que mais importa – e há de importar – é que Jesus Cristo seja testemunhado, anunciado, celebrado e comunicado na Amazônia, para que a força de Seu Evangelho se converta cada vez mais em custódia e promoção da dignidade de seus habitantes, força de fraternidade e solidariedade na construção de novos modelos de desenvolvimento e condições de vida,

assim como de custódia das riquezas que a Criação de Deus colocou em seu ambiente.

Se a evangelização não fosse a alegria, certeza e esperança com as quais se enfrentam todos os problemas humanos e naturais da Amazônia, então a Igreja correria o risco de tornar-se uma ONG, benemérita por seus combates, porém sempre uma ONG de conteúdos religiosos, éticos e sociais. O mais importante é que os que afrontarem a realidade da Amazônia tenham essa viva consciência e experiência de que o Evangelho de Cristo é “mensagem de liberdade e força de libertação”, “boa nova sobre a dignidade da pessoa humana”, caridade que abraça e sustenta toda solidariedade, esperança contra toda esperança. Há que cuidar, pois, que esse objetivo principal que é dos “novos caminhos de evangelização dessa porção do povo de Deus” não se tome por certo e se passe imediatamente a uma declinação moralista, e inclusive ideológica, das tarefas a empreender.

Uma amnésia histórica

É evidente que não se pode pedir ao documento preparatório do Sínodo Pan-Amazônico uma história da evangelização da Amazônia, porém o breve capítulo dedicado à “memória histórica eclesial” é muito insuficiente. Não é verdade o que afirma quando se escreve que “até o século XX, as vozes em defesa dos povos indígenas eram frágeis, ainda que não ausentes”, fortalecendo-se somente depois do Concílio Vaticano II.

A Igreja não tem nenhuma dificuldade em confessar seu “mea culpa” ante os comprometimentos que ofuscaram a evangelização da América Latina com a conquista e colonização do Novo Mundo e a opressão e exploração dos povos indígenas. No entanto, ninguém pode negar, por respeito à verdade histórica, que desde a primeiríssima colonização do Novo Mundo foi uma legião de missionários quem empreendeu a primeira grande batalha profética pela justiça em defesa e proteção dos indígenas. A cruz se tornou uma autocrítica radical da espada. Os próprios bispos

exibiam como lema: “defensores dos índios”. Houve mártires, violências sofridas, todo tipo de atentados e controvérsias provocadas pelos “encomenderos”, colonos e bandeirantes. Não houve até hoje na história da Igreja na América Latina um combate evangélico e profético de tal magnitude como o dos primeiros tempos fundadores.

No século XVII a Igreja começou a penetrar na Amazônia. E no dia 22 de abril de 1639, aniversário de descobrimento do Brasil, o Papa Urbano VIII promulgou um Breve, *Commissum Nobis*, proibindo, sob pena de excomunhão, “aprisionar (...) os índios, vendê-los, comprá-los, separá-los de suas mulheres e filhos, privá-los de qualquer modo da liberdade, retê-los na servidão (...)”. Este Breve papal – que está em perfeita continuidade com a bula *Sublimis Deus* do papa Paulo III em 1537, que foi a primeira e muito dura condenação papal da escravidão dos índios e afirmação do respeito devido à sua dignidade e a seus bens – provocou revoltas, lideradas pelas Câmaras Municipais em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.

A partir de 1600 a presença da Igreja na Amazônia, evangelizando e defendendo os índios, foi fundamental. Numerosas aldeias e missões religiosas, principalmente por obra dos jesuítas, surgiram na Amazônia. Destacam-se a respeito as fundações de Cameté na foz do Tocantins; Airão, Carvoeiro, Moura e Barcelos no Rio Negro; Santarém na foz do Tapajós; Faro no rio Nhamundá; Borba no rio Madeira; Tefé, São Paulo de Olivença e Coari no Solimões; e no Amazonas, Itacoatiara e Silves.

Como pode-se dizer que eram vozes “frágeis” as da Companhia de Jesus e sua cadeia de “reduções” indígenas, desde o Alto Uruguai e Paraná, em combate permanente contra os bandeirantes, escravistas de índios, às de Moxos e Chiquitos na floresta boliviana e às do oriente peruano e equatoriano, até os “llanos orientales” da Colômbia (prefigurando o que seria a rodovia da floresta)?

Depois caberia agregar todo o trabalho de penetração da Amazônia dos Salesianos a partir do oriente peruano e equatoriano, criando escolas de arte e ofícios para os indígenas, assim como de outras congregações religiosas.

Os informes e escritos de Mons. Giovanni Genocchi, enviado como visitador apostólico à América Latina (1911-1913) e que visitou as terras amazônicas, são de uma dureza impressionante quando denunciam em repetidas ocasiões a escravidão que de fato sofrem os indígenas sob a caça dos seringueiros durante o “boom” da produção de borracha, assim como as dificuldades e adversidades que sofrem os responsáveis pelas primeiras prefeituras apostólicas e missões nas regiões amazônicas dependentes de “Propaganda Fidei”, cuja proteção dos indígenas é vista pelos colonos como “fumo negli occhi”. Este grave estado de coisas seria retomado e condenado com muita força por Pio X na encíclica missionária dirigida à América Latina: *Lacrimabili statu Indorum*, ponto de referência para os sucessivos pontificados se se tem em conta as frequentes citações desse documento nas instruções comunicadas aos Representantes Pontifícios na América Latina. Este documento denunciava os abusos e violências que se cometiam contra os indígenas e apontava o dever de defender sua vida, liberdade e propriedade, através do desenvolvimento das missões católicas e da evangelização, junto a todas as iniciativas idôneas para a promoção humana dos indígenas.

É certo que depois no Concílio vaticano II e sobretudo no caminho sinodal de Medellín a Aparecida despertou-se com novas luzes e vigor profético essa tradição de defesa e custódia dos indígenas, que nas décadas imediatamente anteriores parecia apagada (mas, por favor, que não se defina o documento de Puebla como o documento da “participação e comunidades de base”, pois ele teve uma abrangência muito maior e rica!).

Fazer memória verdadeira da presença e missão da Igreja na Amazônia durante os últimos séculos é muito importante para aprender da história os acertos e os erros da missão e para deixar-se contagiar pela doação total – inclusive até ao martírio – de muitos irmãos e irmãs nossos que deram suas vidas por Cristo e por amor aos amazônicos.

Para além da “leyenda negra”

Recuperar uma correta memória eclesial sobre a Amazônia não é necessário somente por respeito à verdade histórica e como homenagem de gratidão aos que, em meio a grandes dificuldades e sacrifícios, nos precederam na tarefa evangelizadora, mas também para saber contrariar os lugares comuns da “leyenda negra” que, às vezes, correm o risco de ser repetidos inocentemente por agentes pastorais desprevenidos. Há acaso quem pense que todo o realizado pela missão da Igreja na Amazônia desde o século XVII é irrelevante e inclusive prejudicial e descartável?

Como é notório, as potências emergentes nos séculos XVII e XVIII – França, Holanda, Inglaterra – não só tenderam a substituir-se no domínio mundial a uma Espanha decadente, com a força econômica e militar, mas também se propuseram derrotá-la carregando-a ideologicamente com todas as ignomínias. Uma propaganda difusa por toda parte apresentou a colonização espanhola como o concentrado de violências, crueldades e barbáries alheias aos “países civilizados”. Foi uma agressão ideológica muito grosseira sem um verdadeiro discernimento sobre as luzes e sombras da expansão hispânica no Novo Mundo.

Essa “leyenda negra” anti-espanhola foi-se convertendo em “leyenda negra” anticatólica. Os povos e nações latino-americanos ficavam condenados ao atraso por causa de seu substrato cultural católico. Um sinal claro da persistência dessa lenda se observa nas conclusões da Conferência de Barbados, organizada em 1971, pela Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial de Igrejas e pelo Departamento de etnologia da Universidade de Berna, nas quais os antropólogos convocados afirmavam: “A obra evangelizadora das missões religiosas na América Latina corresponde à situação colonial dominante, de cujos valores está impregnada. A presença missionária significou uma imposição de critérios e padrões alheios às sociedades indígenas dominadas e que encobrem, sob um manto religioso, a exploração econômica e humana das populações indígenas (...). Em virtude dessa análise, chegamos à conclusão de que o melhor para as populações indígenas e, também para preservar a integridade moral das próprias Igrejas, é acabar com toda atividade missionária (...)”. Há acaso alguém que pense assim no interior da Igreja Católica, sobretudo entre os missionários estrangeiros?

Para o Papa Francisco é muito claro – e assim o tem repetido muitas vezes – que a missão evangelizadora não é “proselitismo” e menos ainda imposição cultural ou atentado contra a liberdade. A Igreja sabe reconhecer criticamente – inclusive pedindo perdão – tudo o que pôde haver de imposições apressadas, de cumplicidade com poderes, de falta de escuta e respeito das culturas indígenas, porém sabe bem que foi somente a Igreja, através de suas várias missões, a única instituição que se aproximou com amor aos índios, que pagou o preço de sacrifícios e sofrimentos para manter-se em sua companhia e que os defendeu das diversas formas de escravidão. No entanto, o que se afirmou em 1971 em Barbados foi muito mais além: a memória eclesial reduzida e degenerada em ideologia de dominação e a suspeita, e inclusive denúncia, de toda atividade missionária, evangelizadora, como perniciosa para a cultura dos povos indígenas. Isto é, de fato, uma ofensa e insulto contra os próprios povos indígenas que foram evangelizados e que têm conservado seu enraizamento na fé católica durante séculos, não obstante carecessem tantas vezes de companhia e sustento pastorais.

Vulnerabilidade, ameaças e violências

Faz muito bem o documento preparatório do Sínodo em denunciar com vigor as múltiplas ameaças que pesam sobre as comunidades indígenas da Amazônia, especialmente vulneráveis ante a expansão agressiva de manifestações das idolatrias do poder e do dinheiro, que atacam sua identidade e mesmo sua sobrevivência. “Hoje, os povos indígenas – já o dizia o episcopado latino-americano em Aparecida - estão ameaçados em sua existência física, cultural e espiritual” (n.90). Esta é a consequência de uma história secular: a exploração dos colonizadores nas encomendas e nas minas, a difusão de suas doenças ante populações desprotegidas, a piora da situação dos indígenas depois da independência, o assalto às terras indígenas, o deslocamento forçado às florestas, às montanhas áridas e ao sul gelado. “Hoje os povos indígenas representam 8% da população da América Latina, mas também constituem 14% dos pobres e 17% dos extremamente pobres (...). Os índices de pobreza, mortalidade infantil,

educação e lacuna digital mostram o grave atraso em que vivem as comunidades indígenas (...). Suas crianças estão morrendo mais; suas crianças estão aprendendo menos; seus adultos estão ficando fora da integração comunicacional” (Hernán Reyes, “Entre os bicentenários e o sínodo dos bispos: as populações indígenas e os riscos de gerar um indigenismo de fachada”, trabalho inédito).

Também o documento sinodal denuncia esta ameaça que paira sobre os povos indígenas: a riqueza da floresta e dos rios – que são o ambiente natural de sua vida e convivência – “está ameaçado hoje pelos grandes interesses econômicos (...) que provocam, entre outras coisas, o desmatamento indiscriminado da floresta, a poluição de rios, lagos e afluentes (pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, derramamentos de petróleo, mineração legal ou ilegal e os derivados da produção de drogas)”. A expansão acelerada e descontrolada do agronegócio, sobretudo através dos cultivos transgênicos do milho e da soja no Mato Grosso, provoca graves consequências.

Lamentavelmente, para piorar ainda mais, tende-se a menosprezar os indígenas, desconhecendo os valores de suas próprias culturas, vítimas de uma cultura racista do descarte e da exclusão.

Como bem afirma o documento preparatório, proteger as comunidades indígenas em sua liberdade, na regularização respeitada de suas terras, em suas identidades culturais, “é uma exigência ética fundamental”, um compromisso fundamental de defesa da dignidade da pessoa e dos direitos de seus povos, que deriva do Evangelho e da doutrina social da Igreja, expressa na ecologia integral da *Laudato sí*.

Não é, pois, estranho que se tenham multiplicado nas últimas décadas os conflitos nos quais os indígenas reivindicam suas terras e ambiente natural de vida e que sofram a violência dos novos colonizadores, ávidos de poder e dinheiro. O Atlas de conflitos no Amazonas publicado ano passado indicava que, então, estavam ocorrendo 977 conflitos violentos e a Comissão Pastoral da Terra do Brasil observava em um estudo inédito que há 93.800 famílias envolvidas nos conflitos agrários nessa vasta região. O atlas destacava duas causas preponderantes em ditos conflitos: a revogação da reforma agrária e a impunidade dos culpados da violência no campo.

No informe dessa Comissão Pastoral se indicava que entre os anos 2001 e 2010 a luta pela terra provocou 377 vítimas no Brasil. No final da década de 90, os choques entre os indígenas, madeireiros, mineiros e petroleiros recebeu bastante atenção da Imprensa ocidental. A luta entre os Yanomani nas florestas amazônicas do Brasil e Venezuela e milhares de mineiros de baixo nível social, conhecidos como os garimpeiros, recebeu uma especial atenção. A situação geral depois seguiu piorando.

Um importante estudo da CEPAL - “Os povos indígenas na América Latina. Avanços no último decênio e desafios pendentes para a garantia de seus direitos (1994) - distinguia as seguintes causas de conflitos:

- “Conflitos por um inadequado ou inexistente resguardo jurídico dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras, águas, recursos naturais, biodiversidade e territorialidade.
- Conflitos por afetação de lugares sagrados dos povos indígenas.
- Deficiente ou inexistente avaliação independente do impacto ambiental, social, econômico e territorial dos projetos extrativos.
- Não cumprimento do dever estatal de consulta aos povos indígenas e de adoção dos resguardos e medidas para proteger seus direitos antes de outorgar concessões ou autorizar a execução de projetos extrativos.
- Exclusão dos povos indígenas da participação nos benefícios pela exploração de recursos de seus territórios.
- Criminalização do protesto social indígena por projetos de investimento que afetam seus direitos e territórios”.

São as “reservas” indígenas uma solução?

O Sínodo Pan-Amazônico é uma ocasião providencial para se repensar a fundo as condições, critérios e caminhos adequados para enfrentar de modo sério, positivo e comprometido a “questão indígena” na América

Latina, especialmente nas situações próprias da Amazônia. Há um déficit muito grave na América Latina a esse respeito. Não há que contentar-se em multiplicar diagnósticos e denúncias nem em enumerar os direitos dos indígenas, ainda que tenham sido muito importantes o Convênio nº 169 dos Povos Indígenas e tribais da OIT (1989) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas (1994). Não basta defender os indígenas ou participar solidários em suas lutas pela sobrevivência, por suas terras e culturas. É necessário propor projetos realistas, não isentos de utopias mobilizadoras, que ajudem os indígenas a crescer em sua dignidade de pessoas, a reafirmar concretamente seus direitos humanos, a progredir em uma escolaridade adequada, a enfrentar o saber e a disciplina do trabalho, a lutar pela equitativa distribuição dos bens comuns, a elevar seus níveis de vida, a incorporar-se nos movimentos populares e a uma cidadania ativa adequada ao século XXI, e assim integrar-se nos processos de miscigenação étnicos e culturais das nações.

Não é apta nem suficiente para encaminhar-se tal perspectiva a mera defesa de “reservas indígenas” ilusoriamente incontaminadas. É justo e necessário que as diversas comunidades indígenas contem com uma adequada e protegida demarcação e regularização de terras como seu habitat humano e natural, pois são hoje as populações mais vulneráveis e também as mais ameaçadas. No entanto, isso não quer dizer que se tenha que segregá-los para uma preservação em seu “estado natural”, com o mínimo de contatos com o resto das sociedades nacionais, sonhando com uma presunta harmonia idílica entre indígenas e natureza, chegando a idealizar o “neolítico”, como se a convivência entre os indígenas não tivesse dado lugar a guerras e violências intestinas, a situações de miséria, a desnutrição crônica e alta mortalidade infantil, a matrimônios precoces entre os 12 e 14 anos e a altos percentuais de gravidez de adolescentes, a altas taxas de analfabetismo, a infecções e epidemias relacionados à falta de água potável, de saneamento básico e de atenção médica “moderna”. A maior parte dos lares e comunidades na região, sobretudo entre os indígenas, apresentam necessidades básicas insatisfeitas, oscilando entre situações de pobreza e indigência muito superiores às médias nacionais dos países com territórios Amazônicos.

As meras “reservas” indígenas mantêm a marginalidade e exclusão, estão destinadas a sucumbir, são caminhos de morte. Se as comunidades indígenas não dispõem de elementos para dialogar com o tremendo poder da cultura e do trabalho modernos, se não falam mais que as línguas aborígenes, ficam condenados a ir morrendo no desamparo e exclusão ou a serem escravos dos novos senhores. “Enfrentar-se-iam assim - como escrevi há anos em meu livro “Uma aposta para a América Latina”, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 2005, com Prólogo do Cardeal Jorge Bergoglio -, sem recursos, ao assalto da modernidade, de seus modos tecnológicos e produtivos, de seus meios de comunicação de massas, de suas infraestruturas físicas e eletrônicas”. Além disso, a quase totalidade dos jovens indígenas - de quem nada se diz no documento preparatório, não obstante que o sínodo anterior tenha sido sobre os jovens - sentem-se atraídos pelas cidades, desejam imigrar para elas e inclusive o fazem cada vez com mais frequência. “Sempre disse - afirmou em tom agressivo e provocativo o ex-presidente equatoriano Rafael Correa - que o mais perigoso é o esquerdismo do tudo ou nada e o indigenismo infantil que vê a pobreza como parte do folclore, que aceita as pessoas vivendo na miséria como parte de uma linda paisagem”.

Necessitam-se, pois, políticas realistas e audazes de valorização do melhor do seu patrimônio cultural com todas as transformações que requerem o bilinguismo, a alfabetização e escolarização, o manejo da gestão laboral e econômica, a incorporação digna na vida nacional. As escolas dos níveis primário e secundário, assim como as escolas profissionalizantes, promovidas sobretudo por algumas comunidades religiosas, são fundamentais, inclusive para formar líderes indígenas que acedam aos estudos universitários (como acontece com a nova geração dos mapuches no Chile e na Universidade Católica de Campo Grande, onde há mais de 100 indígenas estudando em diversos cursos). A chave da educação é a interculturalidade, o bilinguismo e que se valorize a identidade cultural própria, abrindo-a à alteridade com os outros. Se esta abertura não se faz de forma positiva, de toda maneira acontecerá de forma negativa.

João Paulo II soube sintetizar tudo isto em uma frase: “O México tem necessidade dos indígenas e os indígenas têm necessidade do México”. Também o Papa Francisco foi muito expressivo em seu encontro com os indígenas em Puerto Maldonado durante sua visita apostólica ao Peru: “É urgente acolher o contributo essencial que oferecem à sociedade inteira, não fazer das suas culturas uma idealização de um estado natural nem uma espécie de museu de um estilo de vida de outrora”. “Inclusão não é só consideração!”, prosseguiu o Papa. É “reconhecer que as comunidades autóctones são um componente da população, que tem que ser valorizada e consultada, da qual há que facilitar a plena participação, a nível local e nacional (...). Não se pode permitir uma marginalização em classes: primeira classe, segunda classe... Integração com plena participação”, afirmou o Papa.

O exemplo das “reduções jesuíticas” para os tempos atuais amazônicos

Existe na história da América Latina um modelo preclaro para afrontar a “questão indígena”, do qual muito se pode aprender, inclusive em nossos tempos. Refiro-me às “reduções jesuíticas” que alcançaram seu ápice com os Guaranis nas florestas do Alto Paraná, porém que tiveram portentoso desenvolvimento também nas florestas amazônicas de Moxo e Chiquitos na Bolívia, nas zonas tropicais do oriente peruano, equatoriano e nos *llanos orientales* da Colômbia. Ocuparam uma vastíssima área entre as zonas fronteiriças flutuantes dos impérios de Espanha e Portugal, onde as florestas e o caráter muito primitivo e belicoso dos indígenas não haviam atraído ainda o interesse dos colonos. Conseguiram atrair os indígenas na criação de novos povoados (reduções), separando a cruz da espada e conseguindo que a população indígena tivesse um contato exclusivo com a ação pacífica, amorosa e persuasiva dos missionários, sem a mediação das armas nem a intromissão da avidez dos colonos. Em sua fase de apogeu, por volta de 1700, as aldeias missionárias no Alto Paraná e Alto Uruguai chegaram a ser 30 com cerca de 5.000 indígenas cada uma.

A evangelização dos índios nestes povoados - cujo maior castigo era expulsá-los de lá - foi capaz de acolher e valorizar o melhor de suas culturas. De seu “comunismo primitivo” desenvolveram amplos espaços de agricultura comunitária, com terras e instrumentos de produção de propriedade coletiva, ao serviço do bem comum desses povoados e do sustento de viúvas, órfãos, anciãos e enfermos, em um autêntico “comunismo cristão”. Foi extraordinário que se conseguisse fazer coincidir a propagação da fé com um surpreendente processo de crescimento comunitário que permitiu aos povos aborígenes superar os estados de pobreza. Não houve em todo o período colonial outra experiência igual de aprendizagem e desenvolvimento de ofícios e artesanatos, de tecnologias metalúrgicas e têxteis, de progresso econômico. Os indígenas foram capazes de fabricar órgãos e outros instrumentos musicais, compor música e contar com excelentes coros, construir prensas e relógios, operar máquinas de própria elaboração, especializar-se em produções agrícolas, edificar cidades e nelas belas Igrejas, e inclusive construíram suas próprias fábricas de armamentos. Também os indígenas se autogovernavam segundo sua cultura tradicional, sob a paternidade dos Jesuítas. E a língua dos Guaranis, graças a isso, continua sendo hoje patrimônio de um Paraguai bilíngue, correntemente usada (acrescentemos que o que resta das línguas indígenas, sua salvaguarda e desenvolvimento, teve uma contribuição fundamental e decisiva nos dicionários, gramáticas, estudos etnológicos e publicações dos missionários por toda parte). Não houve nem fome, nem desemprego, nem vagueação, nem analfabetismo, nem violências nestas missões. Como não seriam essas missões que aquele Voltaire que chamava a Igreja a “Infame”, reconheceu que “pareciam um triunfo de humanidade”. Foram também admiradas pelo marxista peruano José Carlos Mariátegui em seu notável “Sete ensaios de Interpretação da realidade peruana”. “O que os socialistas seguem sonhando sempre em seus modernos falanstérios - escrevia no século XVIII o jesuíta Jerez - realizou-se ali como um milagre de amor e sem necessidade de palavras utópicas”.

A avidez dos colonos e o “despotismo iluminado” conseguiram destruir as “Reduções”, não obstante a resistência dos indígenas. Os indígenas dispersos, através de processos de miscigenação étnica e cultural, foram

componente importante da população Paraguaia, de Santa Cruz de la Sierra, do vasto “hinterland” de São Paulo, do gaúcho dos pampas argentinos e uruguaios.

Se esta experiência em meio à floresta, inclusive também na floresta amazônica, com tribos muito primitivas e belicosas, foi a mais bem-sucedida experiência de compromisso com a “questão indígena” na América Latina, a maior experiência de um crescimento em humanidade dos indígenas, o melhor modelo de um desenvolvimento sustentável para o seu bem comum, não temos nada que aprender de tudo isso quando enfrentamos a questão indígena da Amazônia? Se isto aconteceu há mais de três séculos, nada semelhante temos que nos propor agora para a Amazônia no século XXI?

Inculturação do evangelho e evangelização das culturas

A inculturação do Evangelho e a evangelização das culturas é uma questão central que não pode não ser abordada pela missão da Igreja entre os indígenas da Amazônia.

O ponto de partida indispensável é o da escuta dos indígenas, compartilhando suas vidas, aprendendo de sua cultura. A Amazônia - como disse o Papa em Puerto Maldonado - não é terra de ninguém, “sem laços, sem rostos”. Resulta, em efeito, fundamental, respeitar a cultura dos indígenas, compenetrar-se com ela, o que se consegue somente convivendo com os índios. Toda forma apressada e confusa de evangelização com “ocidentalização” é prejudicial para os indígenas e também para a evangelização. Há que saber valorizar o melhor das culturas indígenas: o amor à Terra como habitat do bom viver e sinal de fecundidade, a abertura à ação Divina pelos frutos da terra, o caráter sagrado da vida humana, o sentido de solidariedade no seio das tribos e comunidades, a importância do cultural e a crença em uma vida ultraterrena. São riquezas culturais que também estão na base da identidade de nossos povos atuais. A Igreja tem que defender esses valores

culturais - que são, além de tudo, “sementes do Verbo” - ante as forças atropeladoras de uma modernidade unidimensional, uniformizadora, idólatra do poder e do dinheiro, de relativismo hedonista e até nihilistas.

Entretanto, não se pode esquecer - e nada diz a respeito o documento preparatório - as deficiências e misérias que também arrastaram durante séculos algumas culturas indígenas, assim como o fazem as mais diversas culturas: poligamia e incesto, sacrifícios de animais e pessoas, guerras e matanças, antropofagia, violência contra as mulheres... Ignorá-las pode ser a tentação de quem pretende fazer ressurgir no século XXI a “teoria do bom selvagem”, que só serve para entusiasmar turistas europeus e norte-americanos emocionados pelo folclore primitivo, para alimentar um populismo demagógico e para provocar a excessiva “idealização” de generosos missionários, sobretudo estrangeiros, mas não para o realismo da caridade e da missão.

É muito dramática a situação que se cria entre os jovens indígenas que migram para as cidades e ficam, por um lado, em meio a uma cultura urbana que os exclui e, por outro, arrastam uma cultura ancestral que foram aos poucos abandonando. Sobrevivem em favelas sem terra, já sem uma identidade, como proletariado excluído e desculturalizado: os chefes da tribo os gritam porque se comportam como “ocidentais”, porém, ao mesmo tempo, não lhes é permitido entrar nos “shopping centers”, onde abundam os filhos dos produtores de soja, de funcionários estatais ou de técnicos de obras de infraestrutura. Nesse choque muito duro e profundo não é de se estranhar que sejam muito frequentes os suicídios de jovens indígenas.

O trabalho evangelizador implica, pois, uma compenetração com as culturas indígenas e uma paciente, sábia e perseverante inculturação do Evangelho em ditas culturas. Não há que considerar que o respeito e valorização das culturas indígenas imponham que as tratemos como objeto arqueológico e etnológico de museu, de “reserva”, e que a evangelização seja um atentado contra tais culturas. As culturas indígenas foram evoluindo e transformando-se no curso de milênios e séculos para ir enfrentando sempre novos desafios e conseguindo formas mais adequadas de adaptação ao meio ambiente.

A Amazônia como terra virgem habitada por quem nunca viu o “homem branco” é uma projeção irreal. As poucas tribos isoladas “invisíveis”, que lançam flechas ao avião que passa, não são formadas por mais que algumas dezenas de pessoas. Os nativos continuam vivendo nos bosques chuvosos, porém sua cultura tem-se relacionado de mil maneiras com o mundo exterior a eles. Os impactos criados pela abertura de autoestradas, rodovias e melhoras nas hidrovias, assim como a chegada de imigrantes vindos de outras regiões e as redes de telecomunicações estão provocando grandes transformações na Amazônia. Em lugar de usar suas tangas e penas, a maioria dos ameríndios utiliza roupas ocidentais e muitos usam panelas e utensílios de metal em sua vida cotidiana. Alguns grupos fazem artesanato para atrair os turistas que chegam em embarcações, enquanto outros realizam periódicas viagens rotineiras à cidade para levar e trazer comida e mercadoria para vender. Quase nenhum grupo nativo depende por completo da caçada nômade tradicional, nem da coleta de vegetais silvestres. Os cultivos lhes servem como fonte complementar de alimentos. Foram criando seus pomares com plantações de bananas, mandioca ou arroz. O jornal Folha de São Paulo de 5 de janeiro de 2014 escrevia sobre uma tribo que é evangélica, se apaixona pelas partidas de futebol do Corinthians e do Flamengo, vive em casas de madeira com eletricidade, são todos bilíngues, têm aparelhos de televisão e motocicletas e duas de suas oito aldeias estão conectadas à internet. Além disso, os movimentos sociais dos indígenas alcançaram o maior nível de organização que existe em qualquer bosque chuvoso. Tudo isso, e muito mais, mostra uma transformação das culturas indígenas que está em pleno curso. O “fixismo” de uma cultura indígena secular incapaz de transformações e integrações, é imagem lendária, romântica e ilusória.

Não entendo, pois, porque este documento preparatório do Sínodo Pan-Amazônico não soube retomar criativamente o que o Santo Padre Francisco desenvolve na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, no que se refere à inculturação do evangelho e à evangelização das culturas. A igreja se enriquece encarnando-se na cultura dos povos, seu Evangelho não se identifica com nenhuma cultura, ainda que se transmita com uma roupagem cultural (porque encarnado), sua mensagem é fonte de discernimento, purificação e enriquecimento de toda cultura. Daqui a

beleza do Povo de Deus com diversos rostos e o desafio da edificação do Povo de Deus com rosto amazônico.

Também muito podemos aprender da história da evangelização na América Latina, em que para abraçar a realidade dos indígenas e conhecer adequadamente suas culturas, os Missionários conviveram com suas comunidades e abundaram os missionários geógrafos, etnólogos, arqueólogos, linguísticos e especializados em outras disciplinas, em tal medida que grande parte do que se conhece das seculares culturas indígenas é fruto dessa ação missionária (ainda que saibamos e lamentemos que houve também quem cometeu o crime de queimar livros indígenas e destruir seus monumentos e templos em uma luta violenta contra a idolatria). Também entre os Jesuítas houve espertos na língua tupi - como Diogo Nunes, Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Lorenzano... - autores de obras enciclopédicas sobre a geografia, história, economia, flora e fauna aquática e terrestre, costumes dos povos, como o Padre João Daniel e Montoya. A conexão entre as bacias dos rios Negro e Orinoco foi confirmada pela primeira vez pelo padre jesuíta Manuel Roviare em 1744. E assim poderíamos seguir enumerando... Além do mais, há que ter em conta e valorizar importantes centros culturais que estudam com muita seriedade as atuais culturas indígenas, como a Universidade Católica Dom Bosco no Mato Grosso do Sul e as edições Abaya-yala no Equador. O pai da antropologia cultural, Claude Lévy-Strauss, enérgico crítico dos missionários, pediu desculpas por muitas de suas críticas logo que conheceu a monumental enciclopédia Bororo, realizada pelos Salesianos de Mato Grosso.

E o que há da religiosidade popular?

A dimensão religiosa é constitutiva de toda cultura e se transforma em piedade popular católica quando é evangelizada. Por isso há que considerar com maior atenção a religiosidade e a piedade nos povos da Amazônia.

A maior parte dos povos indígenas conserva formas de um politeísmo panteísta ligado à sua terra. Há que saber - como já se disse - respeitar a cultura indígena e suas expressões religiosas. Podem-se identificar nelas as “sementes do Verbo”. Porém, seria muito equivocado que os missionários se contentassem com esse respeito ou com formas sincretistas confusas. É lamentável que alguns missionários sejam os que propõem e encorajam a restauração anacrônica de velhas práticas e crenças religiosas. É muito bom o respeito às sensibilidades religiosas de cada um e a gradualidade da evangelização, porém ressuscitar artificialmente elementos religiosos arcaicos, com bastante ignorância e superficialidade, termina no folclore religioso mais que em uma séria evangelização inculturada. O testemunho missionário há que ter - como frequentemente destaca o Papa Francisco e como o destacava também o Papa Bento XVI em Aparecida - esse atrativo singular, essa beleza de vida, essa caridade surpreendente, capaz de provocar o estupor entre os que encontram e vivem com eles e assim suscitar um diálogo no qual se possa dar as razões da própria felicidade e esperança, anunciando a presença de Jesus Cristo, Filho do Deus Vivo, Salvador e Senhor. Os cristãos queremos, por graça de Deus, como nos indicou Jesus, “que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da Verdade” (I Tm 2,1). Esse é o melhor serviço que podemos dar aos povos indígenas.

O documento preparatório pouco ou nada diz acerca da crescente presença de evangélicos e pentecostais nas aldeias indígenas e da incorporação de muitos indígenas às suas comunidades. Esta é uma realidade que não pode passar despercebida e exige uma profunda revisão de vida da parte das missões católicas. O que é que está acontecendo? O que é que está faltando em nossa evangelização, em nossa ação pastoral? Falta totalmente no documento a autocrítica de situações de vazio pastoral e religioso de dioceses e congregações só concentradas na luta social e ambiental. Se se descuida a dimensão religiosa para privilegiar as tarefas de luta social, essa dimensão religiosa fundamental será satisfeita por outros.

Mais estranho é que não se considere mais a fundo a piedade popular católica das populações da Amazônia, inclusive em setores indígenas. O

Papa Francisco considera esta piedade popular como uma referência fundamental na inculturação do evangelho na vida e missão da Igreja. Dom Irineu Roman, bispo auxiliar da diocese de Belém, destacou a respeito a importância que tem a festa de Nossa Senhora de Nazaré, que se celebra no segundo domingo de outubro e que marca a vivência religiosa popular na Amazônia brasileira, especialmente no Estado do Pará (mas não só...): é a festa religiosa que congrega mais devotos em todo o Brasil, chegando a mais de dois milhões de fiéis. Como reconhece Dom Vital Corbellini, bispo da diocese de Marabá, “trata-se de uma manifestação popular e uma devoção muito importantes para o povo cristão, não só católico, mas também evangélico, que em alguns casos ajudam e acompanham o desenvolvimento da festa”.

Existem diversas versões das aparições milagrosas desta Rainha da Amazônia. A história nos diz que o primeiro Círio de Nazaré aconteceu no dia 8 de setembro de 1793, do qual já participou uma multidão de todas as classes e raças. “Os círios - acrescenta Dom Vital - são momentos fortes de evangelização”, que inclusive retomam temas relacionados com a Campanha da Fraternidade anualmente promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo Dom Vital, nas celebrações da festa “levamos em conta a realidade atual de vida de nossas cidades e pessoas do campo, com problemas sociais, de violência, morte de jovens, desemprego, a superação do alcoolismo, os assaltos, as drogas, o tráfico de pessoas, a falta da reforma agrária, a reflexão sobre o desflorestamento, o nível de água dos rios que está baixando devido às secas e aos incêndios florestais, as pessoas afetadas pelas represas, pessoas mortas no campo e na cidade”. Não se leva a cabo só em Belém, mas é uma festa celebrada em muitas dioceses da região.

Nada se diz disso no documento preparatório, nem das muito numerosas e diversas expressões dessa piedade popular católica nos povos indígenas evangelizados do oriente peruano e equatoriano.

E a pastoral das cidades Amazônicas?

Não toda a população amazônica, nem muito menos, é composta pelas comunidades indígenas dos bosques chuvosos. Nada se diz nem se propõe no documento preparatório a respeito dos caboclos, dos ribeirinhos, dos quilombolas, etc. Na Amazônia brasileira os indígenas são só cerca de 450.000 pessoas, apenas 0,25% da população total do Brasil.

Se somam 3 milhões de indígenas os que vivem na bacia amazônica de nove países, a população urbana da bacia é de cerca de 30 milhões. Não se pode ignorar em um Sínodo amazônico a existência de grandes cidades como Manaus e Belém, com mais de um milhão e meio cada uma, nem tampouco cidades como Iquitos, Macapá, Porto Velho e Boa Vista, com mais de 300 mil habitantes e muitas outras (Florença e Leticia na Colômbia, Trinidad na Bolívia, Lago Agrio no Equador, Linden na Guiana, Blauwgrond no Suriname, Autre na Venezuela...). Na parte andina da bacia amazônica um alto percentual da população se compõe de comunidades indígenas que vivem em cidades.

Nada se diz no documento preparatório sobre a pastoral urbana nas cidades da Amazônia, onde está a grande maioria de sua população. Sabe-se sim que muitas destas cidades cresceram desordenadamente e de forma muito desigual, acolhendo em suas periferias uma multidão de deserdados em condições miseráveis, entre os quais muitos indígenas. Nelas se dá - exceto no caso das cidades camponeso-indígenas da Amazônia peruano-equatoriana - um grande choque de culturas com enormes dificuldades de integração. O alcoolismo, o tráfico de pessoas e o tráfico e consumo de drogas é o pão nosso de cada dia. Diferentemente das zonas selvagens, nas cidades permanece a estrutura paroquial e as capelas e, em alguns casos, de comunidades eclesiais de base. Necessitar-se-ia um trabalho sinodal de maior e mais atento intercâmbio de experiências sobre a presença e missão eclesial em ditas cidades.

Questão social, questão ambiental

Um dos pontos-chave da encíclica papal *Laudato sí* foi a inseparável relação existente entre questão social e questão ambiental, pelo que se fala de uma “ecologia integral”. Também na Amazônia esse binômio se verifica: os problemas ambientais pesam sobretudo sobre os mais pobres e vulneráveis, que são os povos indígenas. O documento preparatório do sínodo amazônico o destaca muito bem.

Em efeito, os processos de desflorestamento e de criação de pastos em uma contínua expansão territorial da fronteira agrícola e a criação de gado extensiva, os incêndios florestais e o corte da madeira para venda, a intensificação de atividades extrativas por meio da mineração legal e ilegal, o estabelecimento de cultivos de uso ilícito e a contaminação das abundantes águas, entre outras coisas, têm efeitos adversos relativos ao ambiente humano e natural, que sofrem sobretudo os indígenas que vivem nos bosques chuvosos. O ex-presidente colombiano Santos já havia admitido em 2015 que “hoje a mineração ilegal move mais recursos para os bandos ilegais, para a Guerrilha, para as máfias... que o próprio narcotráfico”. “O ouro torna-se - escrevia-se em “El Nuevo Herald” de 16 de janeiro de 2018 - fonte de vida de quadrilhas e de guerrilheiros, e se estão transformando as florestas virgens em paisagens tóxicas cheias de mercúrio e de cianeto”.

Os povos indígenas da Amazônia são sócios essenciais no desenvolvimento sustentável da região por seu domínio territorial, sua concepção adaptativa da relação sociedade-natureza, suas práticas ecológicas produtivas e a natureza coletiva de seu habitat. Os habitantes milenários aproveitaram de forma sustentável os recursos da região graças a um profundo conhecimento de sua biodiversidade e seu funcionamento ecossistêmico. Eles são também os defensores da Amazônia contra formas destrutivas movidas por avidez e interesses dos poderosos. Em um momento em que a humanidade “está pecando gravemente em não cuidar da terra - disse o Papa Francisco dirigindo-se aos participantes ao terceiro fórum internacional dos povos autóctones em 17 de fevereiro de 2015 - as populações indígenas não permitam que as novas tecnologias que destroem a terra, a ecologia, o equilíbrio ecológico, terminem também destruindo a sabedoria dos povos”. E concluiu afirmando: “um

desenvolvimento tecnológico e econômico que não deixem um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior não pode considerar-se progresso”.

Um desenvolvimento sustentável

Não é coisa boa contrapor ideologicamente o cuidado ambiental ao desenvolvimento agropecuário, industrial e tecnológico nos enormes espaços da Amazônia. Quem assim o faz quer manter ilusoriamente a Amazônia como reserva mundial incontaminada. Opor-se em linha de princípio a toda atividade econômica moderna, a toda obra de infraestrutura física, elétrica, hidroelétrica, de telecomunicações ou telemática, é cair em visões ideológicas redutivas e empobrecedoras. De que “desenvolvimento sustentável” se fala se se rejeita todo desenvolvimento? O desenvolvimento sustentável implica a criação de valor ambiental, mas também social e econômico.

O espaço geográfico da bacia amazônica, de cerca de 7 milhões e meio de quilômetros quadrados, é superior ao de toda a Europa ocidental (até as fronteiras da Rússia, incluindo os países mediterrâneos, os países balcânicos, os países centro-europeus, os países nórdicos e os países insulares). E esta Europa ocidental é habitada por centenas de milhões de pessoas. Nos espaços imensos da bacia amazônica, ao contrário, a população total da região não supera os 30 milhões de pessoas, a grande maioria moradores de 24 cidades, enquanto que a população indígena não supera os três milhões de habitantes. Segundo o último censo do Brasil em 2010, vivem no gigante de língua portuguesa 896.900 indígenas, menos de 5% de sua população de 190 milhões de habitantes. Destes, 36% reside em área urbana e 63% em zonas rurais. Isso quer dizer que na imensa floresta amazônica brasileira vivem apenas cerca de meio milhão de indígenas. A conclusão é que na bacia amazônica a densidade demográfica é baixíssima e existem enormes espaços vazios de presença humana. Inclusive as necessárias demarcações e regularizações de terras para proteção do habitat dos indígenas e as legítimas reivindicações a respeito têm que

evitar propostas territoriais sumamente exageradas. Um território como o da Itália para alguns mil indígenas certamente o seria.

Não há que imaginar que a extensão das atividades agropecuárias se deve só a potentes especuladores de terras e empresas multinacionais, mas que existe centenas de milhares de pequenos agricultores que representam a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários. A exploração agrícola pode bem desenvolver-se em terras que foram já altamente transformadas. Sem dúvida, tem que ser estritamente controlada e inclusive reprimida a avidez de novas terras - e terras desmatadas para isso - por parte de grandes interesses multinacionais de agronegócio, que compõem um “lobby” potente no parlamento brasileiro. Segundo a ONG Global Forest Watch, o Brasil arrasou cinco milhões de hectares em 2016, duas vezes mais que no ano anterior, em grande parte através do modelo extensivo da soja, cuja superfície de cultivo aumentou 60% nos últimos 10 anos, sobretudo na floresta tropical de Mato Grosso. Nada de bom se avista no futuro próximo a este respeito...

Por sua parte, a mineração extrativa, legal e ilegal, fez na história da América Latina - e continua fazendo - estragos, destruições e contaminações destinados só a beneficiar aos potentes do momento e não ao bem comum dos povos. Basta pensar desde nossas origens em Potosí - maciço de prata com o qual se poderia construir uma ponte - dizia-se - desde o Alto Peru até Madrid. “A prata circulou pelas veias das monarquias, sustentou guerras e crescimentos econômicos europeus, mas arrasou a natureza daquelas montanhas e terras circundantes e deixou na miséria a seus moradores (dos quais cobrou muito altos tributos de sangue). Houve um profeta (no século XVII) que chamou a Potosí uma “boca do inferno”, suas chamas alimentadas pelos corpos dos indígenas para satisfação dos interesses dos exploradores. Quantas de nossas riquezas humanas e naturais sofreram o mesmo destino! ” (Assim eu escrevi em meu livro *“Memoria, coraje y esperanza a luz del Bicentenario de independencia de América Latina”*, edit. Nuevo Inicio, Granada 2017, com apresentação do Papa Francisco e prólogo do Cardeal Bergoglio). A idolatria do dinheiro, a exploração descontrolada de companhias

multinacionais e a avidez da maximização dos lucros provocaram estes desastres.

De toda maneira, não se trata de condenar a priori qualquer tipo de exploração de minerais na Amazônia. Seria absurdo acabar com a extração do cobre no Chile, primeiro produtor mundial, ou do estanho, chumbo e zinco na Bolívia, ou do ferro, bauxita e alumínio no Brasil, ou de ouro, prata e outros metais preciosos na Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Colômbia e México, etc. Estas explorações mineiras requerem profundas e vastas escavações, com vasto uso das águas e necessidade de investimentos energéticos. Por isso, há que estudar a fundo a sua sustentabilidade, seu impacto social e ambiental, seus reais benefícios ao bem comum (e não a oligarquias de poderosos e cúmplices na administração dos governos). Inclusive o petróleo, que também arruinou muitas terras latino-americanas - bem o sabem ultimamente os equatorianos - é ainda muito necessário para a América Latina, ainda que o tenha que ser cada vez menos, em um auspíavel processo de transição energética, para o uso de energias limpas e renováveis que progressivamente deixem para trás o uso de combustíveis fósseis. Se isso implica, no entanto, também questionar toda represa hidroelétrica, fonte de energia limpa e renovável, então arrisca-se querer deixar sem eletricidade vastas regiões, milhões e milhões de pessoas - e entre eles as populações amazônicas -, setores produtivos necessários para o trabalho e o desenvolvimento. A represa de Itaipu é uma obra fundamental para o Paraguai e para vastas regiões do centro-sul do Brasil.

Tampouco é razoável a rejeição preliminar de toda obra de infraestrutura física, como autoestradas, rodovias e hidrovias, que evitam que as populações amazônicas permaneçam no isolamento, melhorem os meios de comunicação e transporte e permitam que muitas comunidades possam ser atendidas em sua saúde. De toda maneira, há que estudar muito bem sua projeção e consequências para que estas vias de comunicação não sejam excessivamente invasivas e acabem gerando movimentos de povoamento incontroláveis.

O Papa Francisco o expressou claramente: “Creio que o problema principal - disse dirigindo-se aos participantes ao III fórum dos povos

indígenas convocado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola em 15 de fevereiro de 2017 - está em como conciliar o direito ao desenvolvimento incluindo também o direito de tipo social e cultural, com a proteção das características próprias dos indígenas e de seus territórios. Isto se faz mais evidente sobretudo quando se trata de estruturar algumas atividades econômicas que podem interferir com as culturas indígenas e sua relação ancestral com a terra”. Não é verdadeiro desenvolvimento se carregado de desigualdades, homogeneidade cultural e desagregação ambiental, sem que sirvam ao “bom viver” ou o “viver bem” dos indígenas.

Neste sentido, há que levar em conta três condições fundamentais. A primeira é a que estas atividades sejam “sustentáveis”. A CEPAL aponta quatro critérios a respeito. O primeiro critério é econômico-financeiro, requerendo que a infraestrutura ou a exploração sejam economicamente sustentáveis, gerem um retorno positivo, tendo em conta todos os benefícios e custos do projeto ao longo de sua vida. Do ponto de vista ambiental, é sustentável se conserva, restaura e integra o meio ambiente natural, apoiando o uso sustentável e eficiente de recursos naturais como a energia, a água e os materiais, evitando contaminações e promovendo uma economia pobre em carbonos. É sustentável socialmente se é incluyente, ou seja, que sirva a todas as partes interessadas, contribuindo a elevar os níveis de vida de todos, seguindo as normas adequadas em matéria trabalhista, de saúde e segurança. E é sustentável do ponto de vista institucional se está alinhada aos compromissos nacionais e internacionais e baseada em sistemas de governança transparentes ao longo de toda a execução do projeto, evitando toda situação de corrupção.

“É sempre necessário um muito atento discernimento do impacto ambiental das decisões de natureza econômica, para considerar bem os custos humanos e ambientais a longo prazo” - indicou o Papa Francisco, dirigindo-se aos participantes ao simpósio para os dirigentes das principais empresas do setor petrolífero, de gás natural e de outras atividades empresariais vinculadas, realizado no Vaticano em 9 de junho de 2018.

Em segundo lugar, o Papa acrescentou algo muito importante: que se envolvam “o máximo possível nos processos decisórios as instituições e

comunidades locais”. “Sempre deve prevalecer - disse o Papa ao III Fórum de povos indígenas - o direito ao consentimento prévio e informal, segundo o exige o artigo 32 da Declaração sobre os direitos dos povos indígenas”. Isso não pode querer dizer - como o indicava Rafael Correa quando presidente do Equador - que um grupo muito pequeno de indígenas possa opor-se de maneira decisiva ao uso de recursos estratégicos dos países, que trariam consigo benefícios comuns de relevância social e nacional, mas sim que é fundamental um diálogo entre as autoridades e populações interessadas para tratar de chegar a positivos entendimentos. Quando for estritamente necessário o deslocamento de populações ou comunidades, sua recolocação territorial e reassentamento de comunidades há que assegurar efetivamente que contem com todos os serviços, que não sejam afetadas suas condições de trabalho e que seja para melhorar seu nível de vida. “Só assim se pode garantir uma cooperação pacífica entre as autoridades governamentais e os povos indígenas - concluiu o Santo Padre - que supere as contradições e conflitos”.

Em terceiro lugar, é bom e necessário que haja vastas zonas que se protejam como santuários do ecossistema, sem nenhum tipo de grandes explorações econômicas e obras de infraestrutura.

Internacionalização da Amazônia?

Não resta dúvidas que a Amazônia é um “pulmão do planeta”. Merece, pois, toda a atenção e interesse a nível da comunidade internacional. Esta atenção tem aumentado devido aos graves problemas que estão causando as mudanças climáticas. O acordo de Paris, assinado em 2015 por 195 países, fixou uma meta obrigatória: impedir que a temperatura média da terra supere dois graus acima dos níveis pré-industriais. Uma aliada indispensável para conseguir este propósito é a vegetação tropical, porque absorve CO₂, o principal gás de efeito estufa, que emite a combustão de fontes de energia fósseis: fábricas, veículos... Esta é a tecnologia mais barata e segura para capturar e armazenar o carbono. Se estas áreas verdes são destruídas, não só se reduz a superfície que tem o poder de mitigar

esses efeitos, mas também se aumenta a quantidade de CO₂ na atmosfera. Além disso, a Amazônia é uma das grandes reservas de água doce do mundo, junto com o aquífero Guarani, e de ecossistemas onde se desenvolve uma riquíssima biodiversidade. O episcopado latino-americano em Aparecida e o Papa Francisco em várias oportunidades destacaram as implicações não só latino-americanas, mas também internacionais que estão em jogo na Amazônia.

No entanto, há que advertir que se estão levantando aqui e ali vozes influentes e poderosas que propõem a possibilidade da “internacionalização” da Amazônia em troca da dívida dos países Amazônicos. O documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Aparecida assinala acertadamente que “a crescente agressão ao meio ambiente pode servir de pretexto para propostas de internacionalização da Amazônia que só servem a interesses econômicos das corporações transnacionais” (n. 86). E o documento preparatório do sínodo denuncia “a perversão de certas políticas que promovem a “conservação” da natureza sem ter em conta o ser humano e, em concreto, os irmãos e irmãs amazônicos que habitam nelas”. São muito numerosas as Organizações Não Governamentais que se propõem a fins benéficos para Amazônia, porém algumas delas são expressão, ou contam com o apoio, de fundações e corporações que nunca se destacaram por seu compromisso com os povos e com os pobres da América Latina. É o que denuncia o vice-presidente boliviano Álvaro García Linares em seu livro *“Geopolítica de la Amazonia. Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista”*, assinalando que “as ONGs são responsáveis pela perda da soberania estatal em extensas áreas da Amazônia”.

É, pois, importante sublinhar que a bacia amazônica é de soberania brasileira, boliviana, peruana, equatoriana, colombiana, venezuelana, etc. nos territórios correspondentes, soberania sujeita à dialética democrática em tais países e que está coberta de graves responsabilidades internacionais. É um bem de e para a América Latina, a quem cabe cuidar desse bem que serve ao mundo inteiro!

Em tom provocador, Cristovam Buarque, ex-governador do Distrito Federal no Brasil, disse o seguinte: se há que internacionalizar a Amazônia

porque é um patrimônio comum da humanidade, internacionalizemos as reservas de petróleo do mundo inteiro, os grandes capitais financeiros dos países ricos, os grandes museus do mundo, entre outros bens que se hão de considerar comuns...

Importância da Amazônia para a integração sul-americana

A bacia amazônica está presente em 9 países sul-americanos, porém cada vez mais desempenhará um papel fundamental na integração de toda a América do Sul. Certo imaginário a apresenta como região remota e isolada quando, ao contrário, sua realidade está estreitamente vinculada a todo o Brasil e se dá uma forte interação com os Andes e as suas florestas tropicais. A cooperação transfronteiriça é intensa e só a Colômbia amazônica não está interligada com o Brasil amazônico por uma autoestrada. Considerá-la um enorme bolsão quase vazio de reservas indígenas desconjunta a geografia sul-americana e impede enfrentar com seriedade e perspectivas históricas a necessária e fundamental integração de uma América Latina que foi “balcanizada” e que sem empreender um intenso processo de integração e cooperação não conseguirá enfrentar seu desenvolvimento autossustentado, seus gravíssimos problemas sociais, a libertação de sua dependência subalterna e seu autônomo papel no conjunto internacional. A Amazônia se irá transformado em centro nevrálgico de toda a América do Sul e não numa região marginal.

Se não se têm muito presentes os eixos condutores reais e viáveis de processos de integração, a referência à “Pátria Grande” arrisca reduzir-se a retórica romântica ou utópica. É neste sentido que a aliança entre o Brasil e os países hispano-americanos, que rompe uma secular contraposição, uma comunicação e ignorância recíprocas, é absolutamente fundamental. O Mercosul foi um salto qualitativo nessa direção, porém foi se tornando paralisado, limitado a alguns intercâmbios comerciais sempre ameaçados pelos “protecionismos” reclamados por interesses locais e nacionais, carente de lideranças políticas, empresariais e populares que saibam desenvolvê-la em todos os níveis como expressão de fraternidade entre os

povos e base comum de desenvolvimento autossustentável e sustentado. Hoje corre o risco de ser sepultado por visões políticas muito estreitas e isto será um grave mal para a América Latina, porém seu destino será ressurgir quando ressurjam os povos e lideranças esclarecidas.

A Amazônia é hoje comunicação estratégica do Brasil com os países sul-americanos da Aliança do Pacífico. As obras de infraestrutura física, elétrica, de energia e telecomunicações que promovem essa integração, com todos os cuidados humanos e ambientais necessários, serão para o bem dos povos envolvidos. Acaso não é positivo o projeto em curso do “Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração”, que unirá, atravessando a Bolívia, o porto peruano de Ilo - ao sul, próximo a Tacna - com Santos, próximo a São Paulo, no Brasil, megaprojeto com apoio chinês que impulsiona o governo do presidente Evo Morales e inclui Uruguai, Paraguai e Argentina pela hidrovía dos rios Paraguai-Paraná? Acaso não são necessárias a autoestrada transamazônica ou a que percorre 5.000 km junto ao Rio Amazonas? Os fundamentalistas que rejeitam completamente todas as obras de infraestrutura não fazem bem à Amazônia - deixam populações indígenas isoladas, incomunicáveis e impotentes -, nem à integração da América Latina, nem ao desenvolvimento de suas nações.

Cabe sonhar, inclusive, com a vinculação do Caribe latino-americano com o Rio da Prata, e das duas bacias fundamentais, a da Amazônia e a bacia platina, por meio de um sistema de hidrovias que seriam de grande importância para a unidade latino-americana e o desenvolvimento dos nossos povos e nações.

Além disso, seria importante resgatar e estudar o que significa o Tratado de Cooperação Amazônica e as tarefas a empreender a partir dele.

A Igreja Católica conta com uma profunda autoconsciência latino-americana. O CELAM é expressão de sua latino-americanização, sinal de unidade dos povos. Sua missão, pois, tem que saber vislumbrar estes horizontes e apoiar tudo o que signifique a mais concreta comunicação, fraternidade e solidariedade entre os povos irmãos.

As ameaças da fragmentação

A região pan-amazônica é uma definição geográfica marcada pela floresta tropical úmida, a bacia hidrográfica e a presença de diversas etnias indígenas, porém não constitui um sujeito político.

Na história moderna de uma América Latina já “balcanizada” depois dos processos de independência dos impérios hispânicos, houve quem propusesse fragmentá-la ainda mais, repetindo mecânica e grosseiramente os escritos de Stálin sobre a “questão nacional”. Houve stalinistas - como recorda Jorge Abelardo Ramos em seu *“Historia de la Nación Latinoamericana”* - que propuseram, por exemplo, dividir o Peru em dois Estados soberanos, um quechua e outro aymará, ou que falaram da existência de mais de 34 nacionalidades na Bolívia com direitos de soberania. São disparates já distantes.

Não obstante, há atualmente quem lute por uma nação Guaraní separando territórios do Paraguai, Bolívia e Brasil. No Chile há quem lute pela independência territorial e soberana da nação mapuche. Uma coisa é o legítimo, justificado e positivo autogoverno dos povos indígenas para a defesa de seus direitos, terras e culturas, mas outra coisa é a fragmentação em pequenas entidades soberanas impotentes. “Não se pode arriscar - disse o ex-presidente equatoriano Rafael Correa - a fragmentação do Estado ou pôr fim à unidade nacional. A ideia de sempre foi a de reconhecer a diversidade e a diferença para conseguir que os índios estejam mais integrados e coesos enquanto nação, porém não para gerar qualquer autonomia territorial que enfraqueça o Estado nacional”.

“Integração com plena participação” dos indígenas nas sociedades nacionais, frisou o Papa Francisco, o qual destacou em muitas oportunidades o caráter mestiço da América Latina. Esta miscigenação envolveu, desde o século XVI, as três maiores famílias raciais do planeta: por ordem de sua aparição na América, mongolóides, caucasóides e congóides. As mais variadas etnias e culturas indígenas, os hispânicos de seculares e diversos estratos culturais e os escravos das diversas culturas africanas encontraram-se no Novo Mundo. Um católico, Ministro da

Educação da Revolução Mexicana, José Vasconcelos, falou poeticamente de uma “raça cósmica”, da América Latina chamada a ser lugar de encontro e síntese das raças do mundo. É evidente, como afirma o documento de Aparecida, que essa miscigenação foi incompleta e desigual, carregada de denominações e que requer a incorporação e valorização de “todos os sangues” (como disse o escritor José María Arguedas). É uma miscigenação étnica e cultural que continua se processando em nossa atualidade e é bom que siga processando-se. Também as populações indígenas estão destinadas a “miscigenar-se em novas sínteses, como no passado” (Cfr. Alocução do Papa Francisco ao Colégio Pio Latino-americano 15.XI.2018).

Mais experiências pastorais

O documento preparatório do Sínodo pan-amazônico deixa o gosto de uma insuficiente consideração da ação pastoral da Igreja na Amazônia. Passa-se do diagnóstico à denúncia, agregando algumas considerações teológicas marcadas por certo clericalismo abstrato. Não se percebe concretamente como se realiza a missão evangelizadora em aldeias, comunidades e cidades. Nada se diz sobre os processos de catecumenato, que é processo paciente que busca inculturar a fé, bebendo dos dois rios, que são a cultura indígena e o evangelho, o que permite pouco a pouco chegar a uma síntese que não é sincretismo. Há bonitas e fecundas experiências de catecumenato inculturado entre os Xavantes (Mato Grosso), Yanomani (Venezuela), Ashuar (Peru), Shuar (Equador). Falta no documento toda referência à educação na fé, quais os métodos e caminhos de formação cristã das muito diversas comunidades e povos amazônicos, quais são os ministérios não ordenados que se experimentam e como funcionam alguns centros de formação para os ministérios que existem em algumas circunscrições eclesiais, como se adaptam as comunidades cristãs, quais são as contribuições concretas de congregações missionárias de religiosos e religiosas com vasta experiência na Amazônia, de onde vêm e qual é a inserção de missionários estrangeiros que chegam à

Amazônia, como se usam os meios de comunicação social para a evangelização, como se trabalha na pastoral da família (em geral, muito desagregada) e dos jovens (100% emigrantes, em forma definitiva ou parcial, em direção às cidades, muito abandonados pela pastoral, que, no melhor dos casos, as comunidades evangélicas, muito bem organizadas, os incorporam em suas comunidades e no mercado de trabalho). Quiséramos também saber como se realizam as “missões itinerantes” na Amazônia, que significa a “conversão pastoral” na região... O documento preparatório deixa o gosto da necessidade de muito maior intercâmbio, discernimento e propostas de experiências pastorais que se levam a cabo. Isto seguramente se realizará no caminho sinodal que leva ao “Instrumentum Laboris” e na própria Assembleia do Sínodo.

A questão dos ministérios

Um dos temas que se sublinha no documento preparatório é o das comunidades que carecem da presença do sacerdote e que, portanto, não recebem a Eucaristia - fonte e cume de comunhão - mais que esporadicamente. Isto é certamente motivo de preocupação e sofrimento, porém se propõe sugerir e quem sabe “pressionar” no sentido da ordenação dos “viri probati” entre os indígenas.

Todos sabemos bem que o celibato não é uma exigência de direito divino para o sacerdócio presbiteral, mas que sim é essencial para a vida religiosa. Contamos na Igreja católica com sacerdotes casados de Igrejas orientais e também com sacerdotes casados que passaram das Igrejas anglicanas à católica. Há que ver o embaraço dos sacerdotes na pregação quando nos Evangelhos se fala da sogra do Apóstolo Pedro. Porém também sabemos que a disciplina da castidade sacerdotal é um dom precioso do Espírito Santo para o bem dos próprios sacerdotes, de suas comunidades e de toda a Igreja. É muito impressionante pensar que desde os primeiros séculos de vida da Igreja houve milhões de homens que deixaram tudo para pertencer só a Cristo, para servir com dedicação total de sua vida a Deus e aos irmãos. São como os “revolucionários

profissionais” do Evangelho. Sabemos, enfim, que os sacerdotes são pecadores como todos os fiéis, que manter-se em castidade é difícil nesta sociedade atual pan-sexualizada, erotizada e libertina sem a ajuda da graça de Deus, que somos testemunhas presenciais inclusive de crimes abomináveis cometidos por sacerdotes. Tudo isto o sabemos.

Certamente não se pode considerar um mal que o tema se discuta, reflita-se, discirna-se à luz do Espírito Santo. Isto pode provocar “escândalo” só entre os “bem-pensantes”. No entanto, não acredito que se possa resolver o problema dos “viri probati” olhando somente a Amazônia, como criando uma exceção para a Amazônia. Seria proceder por “remendo” em matéria que é católica e abrir as comportas de modo tal que seria muito difícil evitar os muito fortes fluxos em todo o mundo. Se é tema que se quer enfrentar, pois que se convoque um sínodo não “especial”, mas universal. Acaso a carência de sacerdotes não se dá nas situações sociais e culturais das periferias das grandes cidades, nas ilhas da Oceania ou nas savanas africanas?

Não é momento muito oportuno para enfrentar essa temática. Arriscar-se-ia considerá-lo uma concessão aos grandes poderes que estão divulgando por toda parte - precisamente nesta hora em que se assiste aos crimes de abuso de poder e abuso sexual por parte do clero -, a falsa opinião de que o celibato é impossível ou gera enfermos. Não faria mais que provocar muito fortes divisões na Igreja, alimentadas pelos que buscam motivos para jogar lenha na fogueira. Acredito, sobretudo, que nada se consegue rebaixando os níveis de exigência espiritual para a vida dos cristãos e dos ministros sacerdotes. Além disso, nada diz o documento preparatório nem sequer dos ministérios não ordenados da Palavra e da Eucaristia e nem se pergunta porque não se desenvolveu mais a experiência diaconal na Amazônia (como o Papa Francisco tem sugerido).

Para enfrentar a grave questão da escassez de sacerdotes na Amazônia, penso que se podem sugerir ao menos quatro vias mestras. A primeira é a de empenhar mais dedicação e oração pelas vocações sacerdotais amazônicas, inclusive vocações sacerdotais indígenas. Há congregações religiosas, como a dos padres salesianos, que contam já com vários sacerdotes de diversas etnias indígenas amazônicas. E existem numerosos

sacerdotes indígenas que são mapuches, tucanos, aymara, quechuas, xavantes... Dom Edson Damian, Bispo de São Gabriel da Cachoeira, realizou no dia 17 de março passado a cerimônia de ordenação sacerdotal do primeiro presbítero do povo baniwa, Pe. Geraldo Trindade Montenegro, conhecido como Geraldo Baniwa. Acaso se coloca subliminarmente o preconceito racista de que os indígenas amazônicos não são capazes, por sua cultura, do celibato? Também se dizia nos séculos XVIII e XIX que os africanos não poderiam ser sacerdotes por falta de predisposição ao celibato, porém no contexto da Encíclica “Maximum Illud”, congregações como os Espiritanos e os Padres Brancos fizeram florescer na África os seminários diocesanos, que deram origem a todo o episcopado e clero africanos, que continuam a crescer. A Guatemala é o país de maior população indígena da América Latina, e em sua diocese mais indígena, a de Sololá-Chimaltenango, o Bispo afirma que a maior parte do clero é indígena e que praticamente o são todos os numerosos seminaristas. Quando o testemunho dos pastores, próximos às comunidades indígenas, sabe ser, por graça de Deus, transparente da presença de Cristo, apaixonado na caridade, pedagogo no crescimento de discípulos-missionários, perseverante na oração, não falta a graça de Deus para suscitar novas vocações sacerdotais. Se durante 15 anos não houve nenhuma vocação sacerdotal ou religiosa na diocese, há que perguntar-se o que foi que aconteceu de errado... Se não há uma vida eclesial onde se respira a fé, a esperança e a caridade, se não se cultiva a vida de oração e não se propõe a beleza da liturgia e dos sacramentos, se não se centra tudo no encontro pessoal e comunitário com Cristo, se não se é dócil ao Espírito Santo e seus dons..., é lógico que faltem as vocações sacerdotais e que o tema do celibato resulte incompreensível.

A segunda é a de enviar sacerdotes das regiões eclesiásticas dos países com zonas amazônicas, que têm muitas vocações e clero, a cooperar como pastores-missionários na Amazônia. Como é possível que abundem os sacerdotes latino-americanos, e especialmente colombianos, nos Estados Unidos, Canadá, Espanha e outros países europeus, mas que seja difícil enviar pequenos grupos de sacerdotes que periodicamente se revezem trabalhando pastoralmente nas circunscrições amazônicas do país? A terceira via possível é fazer um novo chamado a toda a catolicidade para a

disponibilidade de sacerdotes “fidei-donum” para a Amazônia, promovendo e incentivando a solicitude apostólica “ad gentes” das Igrejas locais. A quarta via possível a recorrer é confiar ou recomendar prefeituras apostólicas nas regiões amazônicas a realidades eclesiais, como o Caminho Neo-Catecumenal ou outras novas comunidades ou movimentos eclesiais, para que enviem grupos de sacerdotes acompanhados por famílias a tais regiões. Há já experiências destas comunidades e movimentos em algumas dioceses e prefeituras apostólicas, que haveria que valorizá-las.

E não esqueçamos que a Igreja na Coreia teve sua implantação e forte desenvolvimento por mais de um século sem sacerdotes, mas com excelentes catequistas, e que sobreviveu no Japão durante 200 anos sem a presença de sacerdotes.

Vários

Não há que esquecer a fundação “Populorum Progressio”, criada por São Paulo VI depois da sua viagem apostólica à Colômbia, que há 50 anos ajuda economicamente projetos pastorais e de promoção humana para camponeses e indígenas da América Latina, assim como importantes agências eclesiais de ajuda da América do Norte e de países europeus que com generosidade e solidariedade sustentam muitas atividades na Amazônia.

Tampouco há que esquecer que a Santíssima Virgem Maria escolheu a um índio para ser o seu mensageiro nos primórdios da evangelização. São Juan Diego é o testemunho da santidade à qual todos os indígenas são chamados, abraçados pela ternura de Deus que se reflete no rosto de sua Mãe e nossa mãe, imagem da igreja.

Cidade do Vaticano, 12 de dezembro de 2018.

Festa de Nossa Senhora de Guadalupe